

SUMÁRIO



Nota do coordenador, 15

- 1 FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS, 17
 - 1.1 Autodefesa, 17
 - 1.2 Autocomposição, 17
 - 1.3 Heterocomposição, 17
 - 1.3.1 Mediação, 18
 - 1.3.1.1 Comissões de conciliação prévia, 18
 - 1.3.2 Arbitragem, 19
 - 1.3.3 Jurisdição, 20
- 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DO TRABALHO, 21
 - 2.1 Introdução, 21
 - 2.2 Brasil, 21
- 3 CONCEITO E PRINCÍPIOS, 23
 - 3.1 Conceito, 23
 - 3.2 Princípios, 23
- 4 ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 25
 - 4.1 Introdução, 25
 - 4.2 Tribunal Superior do Trabalho, 25
 - 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho, 26
 - 4.4 Varas do trabalho, 27
 - 4.5 Secretaria, 28
 - 4.6 Oficiais de justiça, 28
- 5 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 29
 - 5.1 Introdução, 29

- 5.2 Competência em razão da matéria, 29
 - 5.2.1 Contratos de empreitada, 29
 - 5.2.2 Competência normativa, 30
 - 5.2.3 Outras ações, 30
 - 5.3 Competência em razão das pessoas, 30
 - 5.3.1 Funcionários públicos, 30
 - 5.3.2 Entes de direito público externo, 31
 - 5.4 Competência em razão do lugar, 31
 - 5.4.1 Local da prestação de serviços, 31
 - 5.4.2 Empregados viajantes, 31
 - 5.4.3 Empregados brasileiros que trabalham no exterior, 31
 - 5.4.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato, 31
 - 5.5 Competência em dissídios coletivos, 32
 - 5.6 Prorrogação da competência em razão do lugar, 32
 - 5.7 Foro de eleição, 32
 - 5.8 Juiz de direito, 32
 - 5.9 Ministério Público do Trabalho, 33
 - 5.10 Conflitos de competência, 33
- 6 ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS, 35
- 7 NULIDADES, 37
- 8 PARTES, REPRESENTAÇÃO, PROCURADORES E TERCEIROS, 39
- 8.1 Denominação, 39
 - 8.2 Representação, 39
 - 8.3 *Ius postulandi*, 40
 - 8.4 Assistência judiciária, 41
 - 8.5 Substituição processual, 41
 - 8.6 Intervenção de terceiros, 42
 - 8.6.1 Assistência, 42
 - 8.6.2 Oposição, 43
 - 8.6.3 Nomeação à autoria, 43
 - 8.6.4 Denúnciação da lide, 43
 - 8.6.5 Chamamento ao processo, 44
- 9 AÇÃO TRABALHISTA, 45
- 9.1 Petição inicial, 45
 - 9.2 Indeferimento da petição inicial, 46
 - 9.3 Inépcia da inicial, 46
 - 9.4 Modificações à postulação inicial, 46

- 10 DISTRIBUIÇÃO, 47
- 11 AUDIÊNCIA, 49
- 12 RESPOSTA DO RÉU, 51
 - 12.1 Introdução, 51
 - 12.2 Exceções, 51
 - 12.2.1 Impedimento, 52
 - 12.2.2 Suspeição, 52
 - 12.2.2.1 Procedimentos comuns à exceção de impedimento e suspeição, 53
 - 12.2.3 Incompetência, 53
 - 12.3 Contestação, 53
 - 12.3.1 Preliminares, 53
 - 12.3.2 Preliminares de mérito, 54
 - 12.3.2.1 Prescrição, 54
 - 12.3.2.2 Decadência, 54
 - 12.3.2.3 Compensação, 54
 - 12.3.2.4 Retenção, 54
 - 12.3.3 Defesa de mérito, 54
 - 12.4 Reconvenção, 55
- 13 DAS PROVAS, 57
 - 13.1 Introdução, 57
 - 13.2 Ônus da prova, 57
 - 13.3 Meios de prova, 58
 - 13.3.1 Introdução, 58
 - 13.3.2 Depoimento pessoal, 58
 - 13.3.3 Documentos, 59
 - 13.3.4 Testemunhas, 60
 - 13.3.5 Perícia, 61
 - 13.3.6 Inspeção judicial, 62
 - 13.3.7 Usos e costumes, 62
- 14 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO, 63
- 15 SENTENÇA, 65
 - 15.1 Votação, 65
 - 15.2 Definições, 65
 - 15.3 Classificação das sentenças, 65
 - 15.4 Efeitos, 66

- 15.5 Estrutura da sentença, 66
- 15.6 Custas, 66
- 15.7 Honorários advocatícios, 67
- 15.8 Publicação da sentença, 67
- 15.9 Erros, 67
- 15.10 Duplo grau de jurisdição, 67

- 16 RECURSOS, 69
 - 16.1 Introdução, 69
 - 16.2 Regras gerais, 70
 - 16.3 Pressupostos, 70
 - 16.4 Recurso ordinário, 71
 - 16.5 Recurso de revista, 72
 - 16.6 Embargos, 74
 - 16.7 Agravo de petição, 75
 - 16.8 Agravo de instrumento, 76
 - 16.9 Agravo regimental, 77
 - 16.10 Recurso extraordinário, 77
 - 16.11 Recurso adesivo, 78
 - 16.12 Correição parcial, 78
 - 16.13 Embargos de declaração, 79

- 17 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, 81
 - 17.1 Inquérito para apuração de falta grave, 81
 - 17.2 Ação rescisória, 81
 - 17.3 Mandado de segurança, 83
 - 17.4 Ação de consignação em pagamento, 83
 - 17.4.1 Consignação extrajudicial, 84
 - 17.4.2 Consignação em pagamento, 84
 - 17.5 Prestação de contas, 85
 - 17.6 Habilitação incidente, 85
 - 17.7 Restauração de autos, 86
 - 17.8 *Habeas corpus*, 87
 - 17.9 Tutela antecipada, 87
 - 17.10 Tutela específica de obrigação de fazer ou não fazer, 88
 - 17.11 Ação monitória, 89
 - 17.12 Ação civil pública, 90
 - 17.13 Ação anulatória de cláusulas convencionais, 91

- 18 MEDIDAS CAUTELARES, 93
 - 18.1 Introdução, 93
 - 18.2 Contestação, 94
 - 18.3 Cessação da medida, 94
 - 18.4 Sentença, 95
 - 18.5 Prejuízos, 95
 - 18.6 Transferência de empregados, 95
 - 18.7 Medidas cautelares específicas, 96
 - 18.7.1 Arresto, 96
 - 18.7.2 Seqüestro, 97
 - 18.7.3 Produção antecipada de provas, 98
 - 18.7.4 Exibição, 98
 - 18.7.5 Justificação, 99
 - 18.7.6 Protestos, notificações e interpelações, 99
 - 18.7.7 Atentado, 100
 - 18.7.8 Outros procedimentos, 101
 - 18.8 Medidas cautelares nos tribunais, 101

- 19 DISSÍDIOS COLETIVOS, 103
 - 19.1 Conceito, 103
 - 19.2 Distinção, 103
 - 19.3 Classificação, 103
 - 19.4 Competência, 104
 - 19.5 Limites do poder normativo, 104
 - 19.6 Natureza jurídica da sentença normativa, 105
 - 19.7 Condição da ação, 105
 - 19.8 Quórum da assembléia sindical, 105
 - 19.9 Prazo para instauração, 105
 - 19.10 Instauração de ofício, 105
 - 19.11 Legitimação ativa, 106
 - 19.12 Partes, 106
 - 19.13 Requisitos, 106
 - 19.14 Procedimentos, 107
 - 19.15 Contestação, 107
 - 19.16 Instrução, 108
 - 19.17 Sentença, 108
 - 19.18 Início da vigência, 109
 - 19.19 Prazo de vigência, 109
 - 19.20 Extensão da sentença normativa, 110
 - 19.21 Revisão, 110

- 19.22 Dissídio coletivo de funcionário público, 111
- 19.23 Ação de cumprimento, 111

- 20 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, 113
 - 20.1 Introdução, 113
 - 20.2 Arbitramento, 114
 - 20.3 Artigos, 114
 - 20.4 Cálculos, 114
 - 20.5 Sentença de liquidação, 115

- 21 EXECUÇÃO, 117
 - 21.1 Introdução, 117
 - 21.2 Lei de execução fiscal, 117
 - 21.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça, 117
 - 21.4 Formas de execução, 118
 - 21.5 Execução provisória, 118
 - 21.6 Legitimidade ativa, 119
 - 21.7 Legitimidade passiva, 119
 - 21.8 Objeto, 119
 - 21.9 Execução contra devedor insolvente, 119
 - 21.10 Execução para entrega de coisa, 120
 - 21.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer, 120
 - 21.12 Execução por prestações sucessivas, 121
 - 21.13 Execução por quantia certa contra devedor solvente, 121
 - 21.14 Nomeação de bens à penhora, 121
 - 21.15 Penhora, 122
 - 21.16 Bens penhoráveis e impenhoráveis, 122
 - 21.17 Penhora de estabelecimento, 123
 - 21.18 Segunda penhora, 123
 - 21.19 Execução contra a Fazenda Pública, 123
 - 21.20 Execução da contribuição previdenciária, 124
 - 21.21 Embargos à execução, 125
 - 21.22 Impugnação à sentença, 127
 - 21.23 Embargos de terceiro, 127
 - 21.24 Praça e leilão, 127
 - 21.25 Arrematação, 128
 - 21.26 Adjudicação, 128
 - 21.27 Remição, 129
 - 21.28 Embargos à arrematação e à adjudicação, 129
 - 21.29 Suspensão e extinção da execução, 129